



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MANOEL ROSA DOS SANTOS
SONIA REGINA MOURA AMAMBAHY FERREIRA
SUEUDA BELARMINO FERREIRA ARAÚJO

TEORIA ECONÔMICA

Economia e Meio Ambiente na Realidade do Desenvolvimento
Sustentável

MANOEL ROSA DOS SANTOS
SONIA REGINA MOURA AMAMBAHY FERREIRA
SUEUDA BELARMINO FERREIRA ARAÚJO

TEORIA ECONÔMICA
Economia e Meio Ambiente na Realidade do Desenvolvimento
Sustentável

Trabalho apresentado à disciplina de **Teoria Econômica**
a Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Administração

Orientador: Professor. Wilson Salvalagio

SANTA LUZ
2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESENVOLVIMENTO	6
3. CONCLUSÃO	10
4. REFERÊNCIAS.....	11

1. INTRODUÇÃO

Teoria Econômica

No panorama mundial, atualmente constatou-se a ampla propagação do marco “sustentável” em todos os desenhos. As organizações, grupos, movimentos sociais, imprensa capitalistas, todos em geral, empregam como estratégia para alcançar uma finalidade, seja este em termos financeiros ou amparados nos apoios de modificação dos arquétipos arquitetados, também agora pela sociedade. Falar em Desenvolvimento Sustentável é raciocinar no paradigma do mundo contemporâneo. O vocábulo desenvolvimento, que também era sinônimo de desenvolvimento e aumento, hoje decorre por outro ponto de vista, o da sustentabilidade. E para algo ser sustentável é conciso que uma série de referência econômica, culturais, políticos, tecnológicos, ambientais, sociais, entre tantos. Necessitam ser devidamente incluídos no seu alicerce principal e integrante na eólica de um ponto de vista sistemático. Redin (2009) lembra que diversos autores debruçaram-se ao tema para jogar pelo menos elucidar essa questão ou mesmo apresentar as contendas referentes à importância, entre eles: Carvalho (1988), Ribeiro (1992), Sachs (1993), Tommasino et al. (2003), Soto (2002), Almeida (2002), Ruscheinsky (2004), Caporal e Costabeber (2007), entre tantos outros teóricos de conceito que não foi mencionado, mas foram respeitáveis com suas subsídios sobre o tema.

A inquietação com os problemas ambientais em nível global, trazerem a convicção de que categoricamente a humanidade está começando uma estação de maior consciência no tocante ao uso da solução natural para sua sustentabilidade. O conceito de que o homem é o senhor da natureza e para com ela tudo pode fixado no antropocentrismo, está induzindo o planeta ao caos. Nosso domicílio, como alega Boff (1999), é um preceito de sistemas e superorganismo de complexa moderação, organizado ao prolixo de milhões e milhões de anos. Por conta de uma metodologia industrialista predador, em incremento a partir dos dois derradeiros períodos, tal medida está sendo colocado em contratempo, de modo que a difícil cadeia está prestes a romper-se. Desde o princípio do procedimento de desenvolvimento, no século XVIII, a população mundial desenvolveu oito vezes, aumentando de forma expressiva o dispêndio dos recursos naturais. Apenas o processo produtivo, com base no monopólio da natureza, ateou mais de cem vezes, num salto que fez ofender a estado de ameaça planetária, originando a situação crítica da necessidade

de uma forma de instabilidade em relação o homem com a sua casa, a terra. Nos vocábulos de Boff:

A deficiência de um uma política íntegro real que distinga uma nova porta é um fato calamitoso. A ONU (Organização das Nações Unidas) poderia ser o órgão a instituir ou criar interesses de gerenciamento para a dificuldade ambientais do mundo, mas não vem exercendo esse papel. E ela, a ONU, posseira de 40 projetos voltados aos grandes problemas globais como os climas, o desflorestamento, a contaminação do ar, dos solos e das águas, as andaços, os problemas dos jovens, dos idosos, as migrações, entre outros. Mas, administrada pelo velho protótipo das pátrias que se fortaleceram sob o broquel do governo, não avança na acepção de buscar recurso concreto às impossibilidades que afligem a terra. O exemplo mais evidente desta circunstância é a anarquia provada por determinados estados com o inadimplemento das autorizações de Kyoto, como os Estados Unidos da América, que não desejam mudar seus métodos de incremento econômico, em detrimento de uma política econômica sustentável.

Os problemas ambientais, talvez os mais sérios existidos pela humanidade – porque neles do mesmo modo estão encravadas a fome e ocasião de **miserabilidade** de milhões de indivíduos do mundo -, contudo, parecem suscitar graves sinais de obstinação aos velhos protótipos, com o aparecimento de um fluxo apontador de um novo acordo. Há maior ansiedade com as questões ambientais, principalmente a partir de focos expressivos de cidadania, tendo como respeitáveis comediantes as ONGs (Organizações Não Governamentais) vinculadas ao ambientalismo e demais segmentos sociais, que fazem influência pela inspiração de organismos processuais com o objetivo de requerer efetivamente a proteção ambiental. Já é de noção de muitas pessoas que, à conceito que se reduz a habilidade de renovação dos recursos correspondentes, o que se polui o ar, em que se contagia a água dos rios, em que se devasta matas e a biodiversidade, peregrino para a empobrecimento da vida. Nas expressões de Bueno (1998:31):

“Se os cidadãos, individualmente, forem confrontados com a necessidade da manutenção da biodiversidade para a manutenção da qualidade de vida de seus descendentes, sem pensar exclusivamente em seus benefícios pessoais imediatos, os benefícios de longo prazo começarão a ser visualizadas, percebidos enfim, pelos humanos, e a conservação deixará de ser uma luta real de uma minoria e retórica da maioria para ser integrada às atividades sociais de todos como um fato normal e necessário à vida”.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Realidades da dualidade Economia-Meio Ambiente

Contextualizar sustentabilidade é uma empreitada intensa. O Documento de Brundtland debatido em 1987 propõe a isso e determinou que o incremento sustentável é: "preencher as necessidades da geração atual sem comprometer a habilidade das gerações futuras de diminuir as suas próprias obrigações". Deste modo, nas discussões da Agenda 21 indico a variação para sustentabilidade. Ainda assim, com esse ponto de vista metódico e geral, mesmo não sendo acordo entre todos (AGENDA 21BRASILEIRA, 2000).

Esta consideração é bem implexa quando resumimos sua aceção a fato presente. Visto que é complexo adotar em conformidade com as barreiras ecológicas do planeta, ou seja, sem devastar o meio, o agro-ecossistema e sua porta, para que as origens futuras encerrem a oportunidade de continuar e viver bem, de acordo com as suas precisões (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

O DS preocupa-se não simplesmente a prole de opulências, mas em como melhor distribuí-las, refletindo também na qualidade de tudo que é repassado para as pessoas e como isso foi retirado do meio ambiente.

De acordo com Mendes (2008, p. 2), o DS tem seis aspectos prioritários que devem ser percebidos como metas:

- A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc);
- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc);
- A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios);
- A efetivação dos programas educativos (principalmente os de consciência ambiental e preservação do meio ambiente).

Aprofundando essa discussão tão abrangente e intrincada, sabendo-se que muitos são a alteração acerca desse tema, entra em consentimento com os conceitos de Ruscheinsky (2004), a Sustentabilidade brilha quando observar um movimento social histórico, ente um elemento agregador e intermediário, portador de uma concepção de transformação universal, com fôlego para articular esferas sociais diferentes originários de movimentos sociais, de agências estatais, do mundo acadêmico e das ONGs.

Na real não possamos permanecer imobilizados por esta falta de consenso, pois este hipótese da ciência aprovado de que para agir na definição da sustentabilidade é mandatório a um conceito claro e operacionalizável, tem seu contraponto na biografia de determinados grupos sociais que conseguiram admiráveis conjuntura desde a sustentabilidade, além disso o desconhecido a conexão protocolar europeu do acepção de um conceito (Caporale Costabeber, 2007).

Nas obras Probabilidades que tem alternativas do incremento rural sustentável CAPORAL E COSTA BEBER, apresentada no “I Conferência Universal sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável” (2003, p. 2)

A história do ser humano, natural que é, é distinguida por períodos invariáveis de cogitações e maturidade em torno de seus pilares de conservação. Amplos movimentos sociais erguem em constituições filosóficas focalizadas no documento da veracidade, mesmo que respectivas circunstâncias autênticas vivenciadas. Nesses métodos, princípios ingentes básicos que norteiam e direciona a preparação das normas legais, o seu zelo tanto pelas esferas públicas como pelos operantes do Direito e a consistência da licença lícita, com seu encontro direto nos espaços do Direito, seja em categoria universal ou nacional, foram edificadas. Entre eles, destaco o principio do Desenvolvimento Sustentável que prescreve ser exemplo ideal de incremento socioeconômico aquele que busca atender as precisões da geração contemporâneo, sem envolver a competência das famílias porvindouras de atenderem as suas oportunas precisões, permitindo que as pessoas, atualmente e no futuramente, abordem um nível aceitável de desenvolvimento social e econômico e de consumação humana e cultural, feito, ao mesmo tempo, um uso admissível da solução da terra e conservar a naturezas e os habitat naturais. Naturalmente achamos em portfólios artifícios judiciais, a sua arrumação atinge, por várias vezes, facundos e até ideais. Mas a interrogação fundamental obrigação que temos de ter em reflexão é: e no nosso cotidiano? Embora de toda a oratória, compreendemos o

seu afrouxamento? Concentramos nos seus considerados em nossas resoluções e hábitos? O homem é um ser pensante cujos conceitos são desenvolvidos em pré-conceitos. Urge, nessa ceifa, a inclusão decisiva da sustentabilidade ambiental na filosofia de vida da humanidade. E não de uma forma ausente e fantasmagórica, mas como o meio de característica de vida e perpetuamento de nossa natureza.

2.2. Economia e Meio Ambiente: parâmetros e mudanças

Em virtude de ser uma ciência igualitária concentrada, e, partindo do início teórico-acadêmico a Capitalização é uma origem de multidisciplinaridade para a concepção dos demais espaços em que tenha a sua interconexão. Desta maneira, sonegar à capitalização a probabilidade de originar limites e possibilidade para a premeditação de uma coletividade com o uso extremo do meio ambiente, equivaler a um delito à continuar a viver.

Partindo de um check-up global na analogia Economia–Meio Ambiente, a alteração que está alocada – ente este um anexo de parâmetros – é o da notícia dos países no movimento internacional para a edificação de uma sociedade composta por tecnologias limpas, ação bem-sucedidos sustentáveis, custeamento e preservação dos recursos naturais – desde a fauna em destruição inclusive a repressão da geração de elementos bélicos nucleares – que reivindicam uma reestruturação da coletividade contemporânea e/ou pós-moderna com peculiares distinguidas do que se vive atual, bem como do domínio produtivo (autores parcimoniosos: empreendimentos e governo) junto a entendimento de gestão ambiental e encargo sócio-ambiental.

2.3. Um paradigma sócio-ambiental e o desenvolvimento econômico

No Brasil, é reiterada pela parte empresarial a fluxo de um “novo modelo sócio-ambiental”, de onde segundo ALMEIDA (2003), a esfera empresarial ‘informada’ sabe que a estrutura para entrar e continuar no comércio – sob este prisma – é fundamental. O que se sugere é uma nova maneira. A esse conceito do mesmo modo é respeitável lembrar que os ensejos que assoalham variação de caráter, no caso brasileiro, como as de estabelecimento de Organismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) que bancam mitigação de ímpetos, são inteiramente acopladas ao meio ambiente e provocam conveniências nas estaturas da cancha econômicas.

Assim sendo, não sonegar a essência de um entendimento com espírito implícito necessariamente na conexão de mercado, o âmbito particular escolheu adotar o início do incremento sustentável, analisando a premissa:

O baseamento no avanço sustentável é um princípio de negócios acessíveis e concorrentes em que a cotação cogita com as claridades dos custos, inclusive a ambiental. Se os preços são prendidos adequadamente, sem serem, por exemplo, dissimulados por contribuição nas políticas protecionistas, a competição estimula os produtores a empregar o mínimo de recursos, diminuindo o aumento sobre os princípios naturais. Além disso, os estimula a tornar mínimo os poluentes se são obrigados a bancar pela sua influência e pelos estragos originados ao meio ambiente. E também, promove a concepção de novas metodologias para girar produção mais competente de uma ótica econômica e ambiental.

3. CONCLUSÃO

Finalmente, não existe, por tanto, nenhum suspeito de que o comércio brasileiro e o mundial foram direta ou disfarçadamente apertados para proporcionar uma nova identidade e conviver na sua conexão com o uso dos expedientes naturais, mando as diferentes opiniões essenciais à diligente de negócio contemporâneo, que são a encargo social e a responsabilidade ambiental. O estilo do domínio particular em separa a idealização ambiental unido à sua concepção de desenvolvimento mesmo (nos anos 90) e é presentemente, uma das vertentes de ajustamento e adoção de um exemplo sócio-ambiental, aqui debatido. Pois, este avalia diversa exterioridade, inclusive, o ecológico-econômico, jurídico- ambiental social e político para a gênese da sustentabilidade e do desenvolvimento.

Exemplo de desenvolvimento sustentável na região

O desenvolvimento sustentável na região sisaleira da Bahia Brasil, vem sendo debatido e trabalhado com extrema importância nos movimentos sociais, pois, já se formou uma rede de agro ecologia que além de trabalho a preservação do meio ambiente em processo de formação continuada formou-se também uma boa parte dos produtores rurais as associações dos produtores orgânicos, que trabalham em suas lavouras sem nenhum tipo de produtos com agrotóxicos, além de utilizarem da agricultura não somente para a sua sustentabilidade produção de sobrevivência mas também para a geração de emprego e renda em caráter organizacional, onde produzem os produtos de sua potencialidade local para a merenda escolar e para mercado local, nacional e internacional, exemplos a fábrica de tapetes do sisal APAEB em Valente Bahia, fábrica de beneficiamento das frutas típicas do semi-árido na fabricação de polpas e doce do umbu, manga, maracujá nas cooperativas COOPERCU de Uauá Bahia e a cooperativa Asa Branca Nordestina Bahia. E todo esse beneficiamento sem agredir o meio ambiente todos trabalhando na produção orgânica, gerando assim uma renda familiar essencialmente para a sobrevivência no nordeste.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPORAL, Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS/ 2003. p.157-194.

CARVALHO, Horacio Martins de. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais devido á Expansão da Oferta do Etanol no Brasil. Curitiba, 2007. Disponível em: <www.landaction.org/spip/spip.php?article190 - 90k>. Acesso em: 02 de abril de 2009.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

CHIRIBOGA, Manuel. Que hemos aprendido en Desarrollo Rural en los 90? IICA, San José, 1999.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2002.

BROWN, L. Eco-Economy. EPI-Earth Policy Institute / UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, 2001.

GRUPOS AGROECOLOGICO. Semiárido baiano, nordestino brasileiro/ Região Sisaleira Bahia Brasil, 2010.